

TRABALHO SOCIAL PARA ADOLESCENTES GRÁVIDAS: uma revisão de literatura

Isabel Dias Fonseca¹ – Rede de Ensino Doctum
Lorena Grilli² – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

A adolescência é uma fase de transformações e descobertas que trazem inúmeros desafios na vida e no emocional dos jovens. O presente estudo com base na literatura existente possui o intuito de mostrar como o serviço social pode ser fundamental para a prevenção e conscientização dos riscos relacionados à gravidez na adolescência. Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa foi discutir criticamente com base na literatura existente a importância do trabalho social para adolescentes grávidas. A pesquisa tratou-se de uma revisão bibliográfica, do tipo revisão sistemática de literatura, onde estudos existentes foram analisados a fim de se obter o material suficiente para a realização do estudo. Com base nos resultados encontrados neste estudo foi possível observar que o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e a conscientização das jovens sobre os riscos existentes de uma gravidez em idade precoce é uma das alternativas viáveis para a diminuição dos casos de gravidez na adolescência.

Palavras-chave: Adolescência; Gravidez; Saúde pública.

ABSTRACT

The adolescence and na phase in transformações and discoveries what bring inúmeros Challenges at life and at the emotional two young O gift study with base at literature existing It has O intent in Show as O service Social can to be fundamental for The Prevention and awareness two scratches related The pregnancy at adolescence of that form O objective central of this search was to discuss criticamente with base at literature existing The importance of job Social for teenagers pregnant The search treated if in na review bibliography of type review systematic in literature at where studies existing were analyzed to in if get O material enough for The realization of study with base we results found in this study was possible observe what O development in policies públicas more efetivas and The awareness of young about the scratches existing in na pregnancy in age precocious and na of alternativas viáveis for The diminuição two cases in pregnancy at adolescence.

Keywords: Teenage; Pregnancy; Health publica.

1 INTRODUÇÃO

¹ - Acadêmica do 8º período do curso de Serviço Social, da Instituição de Ensino Doctum– *e-mail:* bel.ity@hotmail.com

² - Professora EaD do Trabalho de Conclusão de Curso, Especialista em Serviço Social – *e-mail:* prof.lorena.grilli@doctum.edu.br

A gravidez na adolescência é um problema grave que afeta a sociedade como um todo. Pois adolescentes grávidas podem ter graves complicações ao gerar uma criança, podendo até mesmo levar a morte dessas jovens. Assim, o serviço social age como um suporte para essas jovens em situação vulnerável geradas por uma gravidez precoce.

Considerando a complexidade da gravidez na vida das adolescentes, podemos associar os casos na maioria das vezes as condições socioeconômicas desfavoráveis das jovens que na maioria das vezes começam a vida sexual precocemente. Além da não utilização de métodos preventivos como a camisinha e também muitas vezes a utilização incorreta de remédios contraceptivos.

Dessa forma, a desmotivação nos estudos, baixa autoestima e também problemas relacionados a própria família podem também estar associados à esses casos de gravidez na adolescência. Tendo em vista toda a problemática que envolve uma gravidez na adolescência, este estudo tem como objetivo central discutir criticamente com base na literatura existente a importância do trabalho social para adolescentes grávidas.

Para tanto, alguns objetivos específicos se fazem necessários: identificar as principais causas da gravidez na adolescência; bem como descrever quais medidas com base na literatura existente podem ser tomadas para a diminuição de casos e também elencar os desafios que uma gravidez na adolescência pode trazer a vida dessas adolescentes.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma busca na literatura existente sobre estudos relacionados a temática afim de se ter embasamento necessário para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa. Diante da temática e objetivos expostos, formulou-se a seguinte pergunta norteadora: Qual a importância do trabalho social para adolescentes grávidas?

Dessa forma, os estudos encontrados na literatura mostram que o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 define adolescente como a pessoa com idade entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2008), enquanto a Organização Mundial de Saúde, segundo Maheirie et al. (2005), considera que a adolescência compreende o período dos dez aos dezoito anos de idade.

Para Martins et al. (2003), a adolescência é compreendida como uma fase e um processo psicológico de transição entre a fase adulta e que varia das circunstâncias sociais e históricas para a formação do indivíduo, definição que é corroborada por Brêtas et al. (2008, p.405) que afirmam corresponder a adolescência “a um momento de transição entre a infância

e a idade adulta, sendo notáveis as mudanças na vida física, social e psicológica”.

Dessa forma, para Benute e Galletta (2002), a adolescência é caracterizada por um período de intensas mudanças físicas, sexuais, psicológicas e sociais. É um momento em que o jovem busca formar a sua própria identidade, testando os valores e os costumes aprendidos. Em geral, a crise de identidade instaura-se no adolescente no momento em que ele busca encontrar suas próprias respostas e motivações para a vida, procurando compreender quem é e o que quer.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

A atuação do serviço social na problemática da gravidez na adolescência é fundamental no que tange as questões de prevenção e de atenção tanto a jovem quanto a família. Assim é necessário a existência de uma relação entre a família juntamente com as políticas públicas para assegurar os direitos da adolescente. Nesse sentido, A gravidez na adolescência é um problema complexo, pois implica em dois fenômenos do desenvolvimento humano: adolescência e gestação. A adolescência é um período de crescimento e desenvolvimento humano, em que se observam rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis, a citar o acentuado crescimento pondo-estatural, o surgimento de novas formas físicas e estéticas, as transformações no funcionamento orgânico, a construção de novas relações intersubjetivas e as manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e de se comportar refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo da família. Já o período gestacional é repleto de modificações físicas, psicológicas, hormonais, neurológicas, sociais e familiares. A saúde reprodutiva depende de uma gama de condições sócio-culturais propícias, tais como serviços de saúde de qualidade, adequadas condições de vida e estabilidade social. (Santos, 2020).

As atuações na área técnica de saúde e direito dos adolescentes surgiu na década de 50 no que se refere a saúde sexual, reprodutiva entre outros. Assim, a gravidez na adolescência chama a atenção para a complexa realidade da juventude brasileira e, em particular de adolescentes, articulando aspectos ligados ao exercício da sexualidade e da vida reprodutiva, às condições materiais de vida e às múltiplas relações de desigualdade que constituem a vida social em nosso país (BRASIL, 2010, p.91).

Ximenes Neto et al. (2007) descreve que alguns fatores atuam na formação de um adolescente, para que o mesmo, seja um adulto que viva emocionalmente e socialmente sem crises transgressoras. O primeiro deles é a afirmação da personalidade, que está ligado diretamente a todo um processo que vem desde a vida intra-uterina, como os fatores genéticos e também ambientais.

Estes últimos influenciam o ser humano durante toda a vida, e de forma direta, pois, os mesmos estão relacionados ao meio social em que o adolescente vive; a estrutura e o modelo familiar em que o indivíduo cresce; a formação educacional disponibilizada, enfim, a todo um ambiente físico e socialmente satisfatório, que possa contribuir para uma formação saudável.

Maheirie et al. (2005, p.538) ressaltam que o momento desta “passagem” depende do contexto social em que o adolescente está inserido, portanto cada adolescente é único no seu processo de adotar, lembrando-se de que “todo processo de constituição do sujeito acarreta transformações biológicas, psíquicas e sociais, gerando conflitos e dúvidas”.

A falta de uma orientação sexual tanto na escola, como também, principalmente na família, leva o adolescente à desinformação, e, conseqüentemente, ao perigo. O ser humano chega à adolescência, e com ela descobre o sexo, e faltam orientações que façam este adolescente compreender sua sexualidade, aceitar seu novo corpo e, por conseguinte, saber prevenir-se de situações que possam vir a comprometer seus projetos de vida, como as DST, associadas ao HIV e AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida), o aborto, o casamento, a maternidade e a paternidade sem planejamento, todos causando grande impacto social na vida do ser humano (Ximenes Neto et al, 2007).

O trabalho educativo requer parceria entre a sociedade, as escolas a fim de discutir a sexualidade nos espaços que os jovens frequentam e também exige ações com a família, entendendo que esta é o espaço que acontece o amadurecimento da sexualidade. Moreira et. al(2008, p.318 apud Schumacher, 2011, p.40) aponta que é necessário desenvolver trabalho com grupos adolescentes a partir das necessidades apontadas por eles para que sejam atores ativos nesse processo, o que contribuirá na sua formação para a vida e para o mundo.

A problemática da gravidez precoce se apresenta com índices alarmantes no Brasil. De acordo com a Associação Médica Brasileira – AMB (2019, p. 1): “anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes. Em números absolutos isso representa 400 mil casos por ano”. Diante desses números percebe-se que a gravidez na adolescência de fato necessita de atenção, sendo necessário a realização de estudos, como este, que detalhem esse cenário e também de ações por parte de todos aqueles que podem

contribuir para reduzir esses índices no cenário nacional.

Nesse aspecto, a AMB (2019, p. 2) ainda relata que “56% das gravidezes no Brasil não são planejadas. Esse número é maior entre os jovens que usam de forma inadequada os métodos contraceptivos e tem uma taxa de fecundidade maior”. Assim, vale estudar sobre a gravidez na adolescência, entender os riscos relacionados a essa fase e o suporte que pode ser oferecido por profissionais como o de Serviço Social, pelo poder público e por demais profissionais envolvidos nessa problemática para contribuir com a transformação dessa realidade.

Uma vez que uma gravidez precoce traz riscos a mãe e ao bebê. Segundo Lima e Patriota (2010), a gravidez precoce se constitui não apenas um problema social, mas também de saúde pública, afinal o corpo dessas jovens nem sempre se encontra preparado para abrigar o feto – que pode gerar diversas complicações durante a gestação e no parto, ou mesmo o óbito. Ainda conforme os autores, a gravidez na adolescência pode realizar uma ruptura na vida dos jovens pais, e principalmente das mães, arremessando-os abruptamente à vida adulta, o que pode envolver o abandono dos estudos e a entrada no mercado de trabalho de forma não planejada. Logo, entende-se que o estudo da gravidez na adolescência se faz importante, tendo em vista a compreensão de seus impactos nos jovens e os meios possíveis de modificar o presente cenário.

Assim, o assistente social pode ser de suma importância nesse processo, participando ativamente de ações relacionadas à temática e utilizando a empatia, seu conhecimento teórico e habilidades para ajudar os jovens a compreender os contextos das suas vidas e o quanto uma gravidez poderia transformar seu cenário social, suas relações familiares, suas rotinas e seus futuros (Barros; Santos, 2017).

A gravidez na adolescência tem sido objeto de estudo de vários autores, impulsionados pela proporção que este fenômeno tem atingido, este fenômeno apresenta-se como uma das circunstâncias mais preocupantes relacionadas à sexualidade na adolescência, pois contribui para implicações morais, físicas, emocionais e sociais que atingem e tem rebatimentos na sociedade como um todo, não sendo um problema exclusivo da adolescente, mas de toda sociedade. A gravidez na adolescência está associada ao período da menarca, a iniciação sexual precoce, ao desconhecimento ou (des) uso de métodos contraceptivos, as doenças sexualmente transmissíveis, entre outros atingindo os adolescentes de todas as classes sociais (Costa, 2011, p. 3).

Tais mudanças podem exercer um forte impacto, rapidamente levando os adolescentes,

principalmente a mãe, a perceber a seriedade da situação. No que se refere ao corpo, a menina acaba forçada a se tornar uma mulher, a estar pronta para o momento do parto e a lidar com medos e inseguranças para os quais seu psicológico ainda não se encontra organizado. Os aspectos sociais, físicos e emocionais atingem essas garotas para além dos nove meses de gestação, num longo período até o seu amadurecimento enquanto mães. Nesse sentido, o sistema de saúde também acaba sendo impactado pela demanda de preparo, em termos de profissionais e de equipamentos, para receber as jovens mães e os bebês com alto risco de mortalidade (Azevedo, 2019).

O ECA, determinado pela Lei nº 8.069/1990, enfatiza a necessidade de atenção e cuidado para pessoas que se encontram na infância e adolescência, sendo necessário que diversas frentes atuem na proteção, no aconselhamento e no direcionamento de crianças – que, segundo o artigo 2º do Estatuto, são aquelas que possuem até doze anos incompletos – e de adolescentes – que, de acordo com o mesmo artigo, são pessoas entre os doze e os dezoito anos (BRASIL, 1990).

A necessidade desses cuidados pode ser observada em diversos artigos da Lei nº 8.069/1990, em especial 7º, que determina que “[...] a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990). Desse modo, diversos fatores desempenham papéis na observância do ECA, auxiliando as crianças e adolescentes a se desenvolverem da melhor maneira possível, tanto física como psicologicamente.

Principalmente na adolescência, quando há diversas transformações nas formas de pensar, agir e no próprio corpo, ocasionando conflitos internos e a urgência da independência, a observância do ECA é indispensável. Esse cuidado deve partir de pais e responsáveis, do governo, do serviço de Saúde e outros, para que as mudanças ocorridas sejam vivenciadas da forma mais equilibrada possível, em detrimento das consequências prejudiciais à vida do adolescente (Barros; Santos, 2017).

2.2 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo adotou uma abordagem de revisão sistemática, seguindo diretrizes metodológicas estabelecidas na literatura científica. Na qual foi realizada uma busca abrangente e crítica em bancos de dados acadêmicos, como: Google acadêmico, Scielo e

BVS, utilizando os descritores indexados relacionados a pesquisa: Adolescência, gravidez e Saúde pública. Assim, foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos, escritos em inglês ou português, que abordem assuntos relacionados a temática.

Foram excluídos estudos que não atendam aos critérios de inclusão, como pesquisas em andamento, relatórios governamentais, *wikipedia*, *blogs*, *sites* pessoais e *sites* comerciais e também estudos com amostras não representativas.

O percurso metodológico seguido neste estudo foi a pesquisa qualitativa. Dessa forma para atingir o objetivo que foi discutir criticamente com base na literatura existente a importância do trabalho social para adolescentes grávidas foi necessário seguir todo um esquema de: busca de artigos, seleção dos artigos a serem utilizados, leitura crítica minuciosa e então realizar a discussão destes estudos.

2.3 Resultados e Discussão

Com base nos estudos encontrados sobre o papel do trabalho social para adolescentes grávidas. A gravidez na adolescência se constitui uma grande preocupação, podendo ser considerada um problema de saúde pública no Brasil e também em outros países, principalmente naqueles em processo de desenvolvimento. As preocupações perpassam a gravidez em si, bem como a disseminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), visto que a maioria das jovens engravidam pela não utilização do preservativo e não apenas pelo mau uso do mesmo.

Nesse aspecto entra o serviço social como um suporte para essas adolescentes, no que tange a luta pelos direitos fundamentais da criança e do adolescente estabelecidos na Constituição Federal. Uma vez que esse problema afeta principalmente as adolescentes de baixa renda. Conforme Taborda (2014), as populações mais empobrecidas, sem condições financeiras, são as mais afetadas e muitas dessas famílias não possuem aparato para receber um novo membro. Além disso, não possuem condições de oferecer planos de saúde, acompanhamento psicológico ou qualquer outro conforto importante para uma jovem grávida. Assim, a adolescente tende a ficar ainda mais sobrecarregada, visto que pode precisar trabalhar durante a gravidez, abandonar os estudos, trabalhar pós-parto. Tarefas que são realizadas, muitas vezes, sem o suporte de uma pessoa específica com quem a criança possa ficar; pondo ambas, a criança e a mãe, numa situação difícil.

Corroborando com esse pensamento, Rios et al. (2017), há indícios de que a gravidez

precoce ocorre preferencialmente em regiões com presença de grandes desigualdades sociais, em áreas caracterizadas por miséria e pobreza e em grupos sociais desfavorecidos, gerando consequências maiores para estes grupos, tendo em vista que os jovens pais precisam rapidamente trabalhar, alcançar a independência e formar família.

Assim, são percebidas diferenças na gravidez precoce entre famílias de baixa renda e aquelas de nível socioeconômico mais privilegiado. Essa diferença reside no status que a jovem mãe adquire perante sua comunidade. Nas classes populares, a gravidez equivale a ganho de status e autonomia, sendo esperada a criação de uma família à parte. Entretanto, nas classes sociais economicamente mais privilegiadas, a jovem mãe não altera sua posição diante da família, pois é garantida por ela, mantendo o processo de amadurecimento dos filhos que continuam frequentando a escola, fazendo cursos e participando da vida social (Rios et al., 2017, p. 7-8).

Nesse sentido, as ações realizadas pelo serviço social devem conhecer o grupo social a qual a jovem pertence e também sua condição de vida, de forma clara, a gravidez social não se limita a um único grupo social, mas a maior incidência de casos acontece em populações desfavorecidas e que muitas vezes desconhece a existência de políticas públicas. Costa (2011) evidencia que os fatores que levam os jovens à tomada precoce dos papéis de mães e pais também podem estar associados às relações que eles estabelecem com amigos, vizinhos, colegas de escola e outros que possuam faixa-etária semelhante. Assim, meninos e/ou meninas podem acabar iniciando a vida sexual mais cedo por pressão social daqueles que já iniciaram e consideram os que são virgens como bobos, crianças ou despreparados em relação aos demais. Os jovens, então, podem caminhar por experiências para as quais ainda não estão preparados, acarretando inúmeras consequências

Desse modo, o melhor caminho a ser seguido a fim de evitar essa problemática é investir em políticas públicas efetivas de conscientização e prevenção, considerando que são variadas as razões que levam as jovens a esse caminho, razões estas que extrapolam muitas vezes a ausência de informação como também os métodos contraceptivos. Assim, verifica-se um número expressivo de adolescentes grávidas em todo o mundo. No Brasil, essa estatística tem gerado preocupação nos órgãos de saúde, remetendo ao Estado e ao Ministério Público a responsabilidade pela implementação de políticas públicas mais efetivas e que tragam alternativas positivas, eficazes e acessíveis para toda a população, a fim de diminuir a incidência da gravidez na fase da adolescência (Cerqueira-Santos et al., 2010).

Entende-se que as causas da gravidez na adolescência no Brasil podem estar

relacionadas a uma série de fatores, como a ausência de informação por parte dos familiares ou do adolescente, abrangendo, nesse contexto, o constrangimento das partes no que diz respeito aos assuntos de cunho sexual. Há também os efeitos dos meios de comunicação, que podem incitar curiosidade sobre as experiências vivenciadas por adultos em filmes, séries, redes sociais e outros veículos de mídia, considerando que tais meios põem as condições para contato precoce com assuntos ainda difíceis de compreender e discernir. Os autores citam ainda a baixa autoestima, que pode gerar pressões para aceitação em determinado meio ou por uma pessoa em especial, entregando-se facilmente a experiências para as quais, no seu íntimo, ainda podem estar inseguros a respeito (Rios et al., 2007).

Em suma, trata-se de uma problemática complexa, que exige ação conjunta nas ações desenvolvidas, sobretudo dos governos na elaboração de serviços mais eficientes e políticas públicas. O desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e a conscientização das jovens sobre os riscos existentes de uma gravidez em idade precoce é uma das alternativas viáveis para a diminuição dos casos de gravidez na adolescência. Desse modo, através do ECA, pode-se perceber que a prevenção da gravidez na adolescência se constitui um direito a ser assegurado, tendo em vista que meninos e meninas não precisam experimentar, de maneira precoce, situações para as quais que seus corpos e mentes ainda não se encontram prontos. No caso dos meninos, destaca-se a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da criança, muitas vezes abandonando os estudos; no caso das meninas, além das já citadas alterações no corpo e mente, há aquelas que atingem seus objetivos de vida, que são transformados a partir da condição de mãe. Em parágrafo único do ECA, encontra-se que as ações destinadas à prevenção da gravidez na adolescência são de responsabilidade “[...] do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente” (BRASIL, 1990).

Nobre (2019) também expõe dados disponibilizados pela Coordenação de Saúde Adolescente e de Jovens do Ministério da Saúde. Estes enfatizam que 75% das adolescentes que engravidam param de estudar, e que a maioria delas não dispõe de boas condições financeiras. As preocupações do governo se encontram, portanto, voltadas para a compreensão das falhas nas políticas públicas para que seja possível reduzir os índices de gravidez precoce. As discussões foram levantadas em seminários que deram voz até mesmo à jovens que engravidaram de forma precoce.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na reflexão sobre o tema apresentado, mostra que a adolescência é um período de inúmeras transformações tanto físicas, quanto emocionais na vida dos jovens, o que torna esse período ainda mais difícil com o advento de uma gravidez. Assim, a conclusão deste estudo aponta a importância do trabalho social para adolescentes grávidas e também o trabalho de conscientização, bem como sua importância e eficácia. Assim, observou-se que a maior incidência de casos de gravidez na adolescência ocorre nos locais de menor poder aquisitivo.

Foi visto que diversos fatores envolvem uma gravidez na adolescência, que vai do contexto social no qual estão inseridos, até mesmo uma forma de se libertar da vida que levam. Dessa forma, a gravidez na adolescência apresenta uma questão social que necessita de um olhar mais atento da sociedade para a construção de respostas mais efetivas de políticas públicas mais eficazes de enfrentamento. Desse modo, os objetivos propostos neste estudo

foram alcançados, onde foi possível discutir criticamente com base na literatura existente a importância do trabalho social para adolescentes grávidas

Para tanto, o serviço é uma ferramenta fundamental no que tange à questão das ações de atenção à adolescente grávida, sendo essencial a articulação das políticas públicas, da sociedade e do trabalho com a família para a efetivação dos direitos dos adolescentes.

Assim, o presente estudo pode vir a servir de embasamento para futuras pesquisas acerca do tema, contribuindo para a promoção da informação e conseqüentemente diminuição dos casos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB). **Gravidez na adolescência: são 400 mil casos por ano no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

AZEVEDO, Alda Elizabeth Boehler Iglesias. et al. **Prevenção da gravidez na adolescência**. Guia Prático de Atualização: Departamento Científico de Adolescência da Sociedade Brasileira de Pediatria, n. 11, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA_-_Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

BARROS, Letícia Rodrigues; SANTOS, Glauce Barros. **Gravidez na adolescência: implicação social**. Revista da FAESF, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 1-12, 2017. Disponível em: <http://faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/8/8>. Acesso em: 22 de out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério Da Saúde. – 3. Ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 96 p. – (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf Acesso em: 22 de out. 2023.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BENUTE, G.G, GALLETTA, M.A. **Gravidez na adolescência: prevalência, ansiedade e ideação suicida**. Ver. Assoc. Med. Bras, v.48, n.3: p. 198-199, set 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.pdf/ramb/v48n3/11813.pdf> Acesso em: 22 de out. 2023.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 5, n. 1, p. 73-85, jan./mar., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a09v15n1.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

COSTA, Auri Donato da Cunha. **Gravidez na adolescência no meio rural: um estudo socioeconômico com adolescentes grávidas**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, out. 2011, João Pessoa. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/08/14.pdf>. Acesso em: 22 de out. 2023.

MAHEIRIE, K.; URNAU, L. C.; VAVASSORI, M. B.; ORLANDI, R.; BAIERLE, R. E. **Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: um relato de experiência**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 537-542, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a21> Acesso em: 22 de out. 2023.

MARTINS P. O. et al. **O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.16, n.3, p.555-568, 2003. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a14.pdf> Acesso em: 22 de out. 2023.

NOBRE, Noéli. **Governo quer aumentar investimentos para prevenir a gravidez na adolescência**, diz coordenadora, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/583593-governo-quer-aumentar-investimentos-para-prevenir-gravidez-na-adolescencia-diz-coordenadora>. Acesso em: 11 de out. 2023.

RIOS, Augusto. et al. **Gravidez na adolescência e impactos no desenvolvimento infantil. Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, fevereiro de 2007. Disponível em: <https://s3-sa-east1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/adolescenciaesaude.com/pdf/v4n1a02.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

SANTOS, R. A. B. **Gravidez na Adolescência: aspectos sociais e psicológicos**. Curvelo, MG. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2020.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SCHUMACHER, V. **Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar**. Universidade Norte do Paraná. Pelotas, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/78807307/Tcc-Gravidez-Na-Adolescencia-Estrutura-Familiar>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

TABORDA, Joseane Adriana. et al. **Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas**. Caderno de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 16-24, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 out. 2023.

XIMENES NETO, F.R.G.; DIAS, M.S.A; ROCHA, J; CUNHA, I.C.K.O. **Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes**. Rev. Bras. Enferm. v.60, n.3. Brasília May/June 2007.

